



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

V GOVERNO CONSTITUCIONAL

DÍLI, 14 DE SETEMBRO DE 2012

COMUNICADO DE IMPRENSA

Reunião extraordinária do Conselho de Ministros de 14 de Setembro de 2012

O V Governo Constitucional reuniu-se extraordinariamente esta sexta-feira, dia 14 de Setembro de 2012, na sala do Conselho de Ministros, no Palácio do Governo, em Díli, e aprovou:

1. Primeira alteração à Lei n.º16/2011, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2012

O V Governo Constitucional herda a mesma filosofia do IV Governo Constitucional e, nesse sentido, cumpre-lhe dar continuidade à implementação dos programas que têm vindo a constituir os sucessos da legislatura anterior, implicando o prosseguimento de programas já iniciados e o início de outros.

Essa continuidade reflecte a necessidade de dar forma e conteúdo aos pilares estabelecidos pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento: Desenvolvimento do Capital Social, Desenvolvimento de Infra-estruturas e Desenvolvimento Económico.

Esta alteração à Lei n.º16/2011, de 21 de Dezembro de 2011, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2012, não aumenta nem diminui o total do OGE já aprovado pela lei supracitada. Esta alteração apenas faz uma reafecção das verbas orçamentadas, que dizem respeito aos Anexos II, III e IV dessa lei.

Assim sendo, foram transferidos do Fundo das Infra-estruturas pouco mais de \$55 milhões de dólares americanos de dois projectos em Tasi-Mane e de despesas não realizadas no Fundo Consolidado, de forma a cobrirem as seguintes necessidades:

- Pensão para Veteranos – \$26,9 milhões;
- Subsídio para Idosos – \$7,1 milhões;



- Fundo de Contingência – \$6,1 milhões;
- Ministério da Defesa e Segurança – \$2,9 milhões;
- Ministério da Educação – \$1,7 milhões;
- Bens e Serviços – \$2,4 milhões;
- Transferências para a Igreja e Sociedade Civil – \$1,4 milhões;
- Ministério da Saúde – \$1,2 milhões;
- Operação do Berlin-Nakroma – \$1,2 milhões;
- Água e Saneamento – \$1,2 milhões;
- Instituto de Gestão de Equipamento – \$1,2 milhões;
- Auditoria externa – \$1,1 milhões;
- Último pagamento à LIFESE pela Secretaria de Estado da Defesa – \$1,1 milhões.

